

A PEDAGOGIA FREIRIANA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS*

THE FREIRIAN PEDAGOGY IN THE EDUCATION OF YOUTH AND ADULTS

Elizângela Fernandes Pereira Evangelista 1
Neila Barbosa Osório 2

Resumo: O presente artigo trata da relação de Paulo Freire e o ensino de Educação de Jovens e Adultos – EJA- no Brasil. O desejo do educador Paulo Freire em proporcionar um ensino digno a atores com idade superior à prevista para o ensino básico tornou a modalidade um marco na vida de muitos cidadãos. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo analisar a pedagogia de Paulo Freire no tocante à EJA. O trabalho apresenta Paulo Freire e sua busca incansável pela efetivação do ensino de EJA, uma conquista na educação do País. A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica, a partir de obras de Paulo Freire (1987), Aranha (1996), Arroyo (2006), Lyra (1996) e das leis que normatizam a modalidade. Assim, com o intuito de enriquecer a pesquisa, fez-se necessário apresentar o conceito da modalidade EJA e sua trajetória no Brasil, consequentemente, elucidando a brilhante contribuição de Paulo Freire na Educação brasileira. **Palavras-chave:** Paulo Freire. Educação de Jovens e Adultos. Educação Popular.

Abstract: This article deals with the relationship between Paulo Freire and the teaching of EJA (Youth and Adult Education) in Brazil. Paulo Freire's desire to provide a dignified education, even if his actors had already passed the age, made the modality a milestone in the lives of many citizens. The research aims to analyze Paulo Freire's pedagogy regarding EJA. The work will present Paulo Freire and his tireless search for the effectiveness of teaching EJA, which is an achievement in education in the country. The methodology used was bibliographic research, based on works by Paulo Freire, Aranha, Arroyo, Lyra and the laws that standardize the modality. In order to enrich the research, it was necessary to present the concept of the EJA modality and its trajectory in Brazil, consequently elucidating Paulo Freire's brilliant contribution to education in the country.

Keywords: Paulo Freire. Youth and Adult Education. Popular Education.

Mestranda do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Graduada em Pedagogia (Unitins) Serviço Social (Unitins). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9640770119317447>.
E-mail: elizzfernandes@hotmail.com 1

Professora Orientadora: Pós-doutorado em Educação pela UEPA/PA. Doutora em Ciência do Movimento Humano pela USFM/RS Mestrado em Educação pela UNESP de Marília/SP, Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica Dom Bosco/MS. Professora vinculada a Universidade Federal do Tocantins - UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8325746711520223>
E-mail: neilaosorio@uft.edu.br 2

*CAPES.O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que passou por muitas transformações no decorrer do tempo, com momentos distintos em seu processo de evolução. É relevante mencionar que a outrora, em algumas situações e períodos históricos, apresentava muitos dos seus cidadãos sem ensino, instrução ou conhecimento formal. Devido a esse cenário, a modalidade EJA passou a ser amplamente ofertada e, posteriormente, garantida nos direitos constitucionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) é um dos documentos que formalizam o direito básico ao cidadão de ingressar no ensino de EJA e que a valoriza como modalidade, como afirma no seu Artigo 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Essa afirmação mencionada à EJA ilustra a potencialidade da educação inclusiva e compensadora dessa modalidade de ensino.

Ao ser inserida na LDB, a EJA tornou-se uma modalidade reconhecida e igualmente valorizada pelas políticas de Estado, isto porque a ampla procura contribuiu para que o governo aplicasse investimentos e incentivos à modalidade educacional, haja vista que a mesma possibilita melhorar o nível de conhecimento da sociedade e fortalecer as políticas públicas educacionais.

Esta pesquisa tem caráter documental e busca discutir, sob a perspectiva do pedagogo Paulo Freire, a Educação de Jovens e Adultos como resultado da Educação Popular. A pesquisa ocorreu em meados de maio de 2021 e o trajeto escolhido foram as concepções de autores como Aranha, Lyra e Paulo Freire (1996/1987) respectivamente.

Inicialmente, foram realizadas leituras acerca do tema, com ênfase nos diálogos de Paulo Freire sobre ensino de EJA, nas concepções dos autores como Aranha (1996), Arroyo (2006), Lyra (1996) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB que trouxeram suas contribuições sobre o processo de desvelamento da modalidade.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, o conteúdo deste trabalho foi selecionado a partir das concepções de diversos artigos e livros que contemplam o tema em discussão. Segundo Pereira (2018), os artigos científicos são documentos que apresentam textos atuais sobre experiências realizadas, relatos de casos, revisões de literatura etc. Eles são menores que as monografias e, em geral, têm de 10 a 20 páginas.

A pesquisa apresenta um pouco do histórico da EJA no Brasil e sua relação com Paulo Freire. Para a fundamentação deste estudo, fez-se necessário apresentar um breve histórico desse ensino e destacar a brilhante trajetória de Paulo Freire, sendo ele um ícone no tocante ao sucesso dessa modalidade no âmbito nacional e internacional, além de debater sobre a Educação Popular, marco para o surgimento da EJA, cujo método valoriza os saberes prévios do indivíduo.

No decorrer desta pesquisa, buscou-se conhecer os avanços acadêmicos dos cidadãos que tiveram a oportunidade de estudar na EJA, além de reconhecer se o mínimo de progresso, no quesito cidadania, foi alcançado por eles. Entretanto, sabe-se que um longo caminho ainda permeia as mudanças que se busca para o desempenho efetivo dessa educação.

É notório, segundo a autora Ana Maria (2017), que o pedagogo Paulo Freire tinha suas concepções intrínsecas acerca da Educação. Para ele, o aprender é um processo contínuo. De acordo com sua perspectiva, como um oleiro que faz e desfaz seu trabalho com o barro, o indivíduo é lapidado no decorrer do processo de ensino e aprendizagem:

Assim, ele partiu do cotidiano, do dito, do feito, e do entendido no mundo diário dos oprimidos/as em relação dialética com o do opressor/a – e nele fixou suas bases para ele tirar sentido, criar raízes necessárias no concreto para daí superar crenças e os mitos de grande número de pessoas que precisavam se beneficiar de sua compreensão da educação essencialmente política, ética e humana. Criou raízes não para fixar doutrinas e impor prescrições ideológicas, mas, ao contrário, para, delas partindo, levar mulheres e homens a conscientizarem-se,

alfabetizarem-se e terem a possibilidade de transformar o mundo decodificando o mundo cotidiano codificado (FREIRE, 2017, p. 285).

Dessa forma, o ser, seja homem ou mulher, possui características diferentes de outros seres, uma capacidade única de interagir com o meio e, assim, encontrar estímulos para aquisição do conhecimento. Nesse sentido, a proposta possibilita a cada indivíduo buscar condições de, no mínimo, tentar recuperar o seu desenvolvimento acadêmico.

Trilhando o desenvolvimento da EJA no Brasil

É impossível falar de EJA no Brasil sem apresentar o Período Colonial, afinal, foi o momento em que a alfabetização teve início no País. O ensino dos padres jesuítas tinha cunho religioso, todavia, a atividade também iniciou um processo de ensino, proporcionando a crianças, homens e mulheres conhecimentos sobre leitura e escrita. Infelizmente, por um infortúnio, os padres foram expulsos das terras brasileiras e a Educação, que já não possuía fins efetivamente educacionais, terminou sendo negligenciada por um longo período. (GHIRALDELLI JR., 2008)

Desse modo, a expulsão dos jesuítas trouxe um retrocesso ao sistema educacional brasileiro, conforme ressalta Aranha:

O marquês de Pombal só inicia a reconstrução do ensino uma década mais tarde, provocando o retrocesso de todo o sistema educacional brasileiro. Várias medidas desconexas e fragmentadas antecedem as primeiras providências mais efetivas, levadas a sério só a partir de 1772, quando é implantado o ensino público oficial. A coroa nomeia professores e estabelece planos de estudo e inspeção. O curso de humanidades, típicas do ensino jesuítico, é modificado para o sistema de aulas régias de disciplinas isoladas (1996, p. 134).

Após a proclamação da Independência do Brasil, foi outorgada a primeira Constituição Brasileira, oportunizando aos cidadãos acesso à escolarização em seu Artigo 179, que apresentava “instrução primária era gratuita para todos os cidadãos”. Embora a escola tivesse sido um direito adquirido, nem todos os brasileiros tinham esse acesso, como destaca Soares (2002, p. 8):

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino.

Por falta de políticas públicas educacionais engajadas no fortalecimento de uma Educação brasileira sólida, o número de analfabetos ampliou-se de forma significativa. Assim, os dados crescentes motivaram algumas pessoas que, por sua vez, travaram uma luta pela igualdade desse direito.

No ano de 1945, com a aprovação do Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945, houve ampliação e melhoria na Educação primária, como é possível citar:

Art. 1º Os recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, instituído pelo Decreto-lei nº 4.985, de 14 de novembro de 1942, serão anualmente aplicados, sob a espécie de auxílios federais, com o objetivo de promover a ampliação e a melhoria dos sistemas escolares de ensino primário de todo o país.

Posteriormente a este incentivo do governo em formalizar verbas para a melhoria do

ensino primário, algumas campanhas e projetos foram executados, cujo desejo era alfabetizar jovens e adultos que, por motivos diversos, não tiveram acesso à escola na idade prevista. No entanto, os interesses eram vários, como os voltados para atender às necessidades de qualificação da mão-de-obra industrial, dentre outros objetivos.

Em virtude dos ideais libertadores de Paulo Freire, após o Golpe Militar de 1964, ele foi exilado pelo governo, porém, depois de anos, retornou ao País. Embora adormecidas pelo ocorrido, as suas ideias permaneceram vivas em grande parte do mundo e sua proposta ainda é pregada e valorizada por uma grande parcela dos educadores, que o reconhecem como fundador da proposta de ensino de EJA.

Após consequências advindas também do Golpe de 64, a EJA sofreu momentos de atraso e estagnação, não sendo reconhecida como deveria. Nesse cenário, outro movimento foi evidenciado: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Acreditamos que o “método” de Paulo Freire e o MOBRAL baseiam-se em filosofias e metodologias totalmente opostas - enquanto o primeiro procura partir dos conhecimentos prévios dos alunos, levando em consideração suas experiências de vida, suas particularidades, e a partir destes pontos ocorre o trabalho com os conteúdos de ensino, no segundo, houve uma massificação e imposição dos conteúdos, sem atentar às diferenças regionais e singularidades dos alunos (HORIGUTI, 2009, p. 04).

Esse Movimento tinha, definitivamente, o intuito de erradicar o analfabetismo, entretanto, de forma tradicional, ou seja, fora do padrão idealista de Paulo Freire, que propunha uma educação conscientemente libertadora e ética:

A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar (FREIRE, 2005, p. 16).

O processo para aquisição do conhecimento adotado pelo Mobral estava relacionado meramente ao ato de ler e escrever, ou seja, estava longe dos ideais imaginados por Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos. O educador lutava contra uma educação que reprimia os considerados analfabetos, suas intenções sempre foram de libertar o povo das correntes do descaso e torná-lo mentalmente livre. Segundo Aranha (1996, p.209):

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um “fazedor de cultura” e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra.

Paulo Freire, em suas abordagens acerca da Educação, associa a instrução educacional como uma formação para si, para a vida em sociedade e para a construção de valores éticos e morais, todos relacionados a um viés libertador de uma política pública educacional que visava a tornar a sociedade mais igualitária:

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direitos à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser. (FREIRE, 2002, p.193).

Em consonância com os anseios de Freire, o constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 5692/71 exprime as intenções do governo para a ministração do ensino:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Após a promulgação da Constituição de 1988, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser direito adquirido, isto é, a oferta da modalidade deveria atender ao modelo gratuito e sua condução era no molde de ensino supletivo.

A EJA foi mais reconhecida após 1990, período em que eram realizadas ações de reflexão e debates acerca do desenvolvimento da modalidade de ensino, ou seja, a educação era vista como ação libertadora da mente humana, na qual não haveria conhecimento sem ensino.

Nesse período, o governo das esferas estaduais e municipais passaram a demonstrar interesse no desenvolvimento do ensino de EJA. Na ocasião, houve parcerias de muitas instituições, tanto populares quanto governamentais. Com isso, os movimentos populares foram consolidados e, em 1997, a EJA estava no rol dos debates educacionais, que tratavam acerca de sua eficácia para formação de jovens e adultos.

Nesse cenário, a EJA ampliou-se, pois a modalidade passou a ter propósitos mais consistentes, visto que, se uma sociedade se torna mais consciente, a educação é quem oferece esse suporte e não há como dissociar uma ação da outra:

Fica bem claro que esta modalidade de ensino surgiu como função reparadora de uma dívida social que o país tem com os jovens e adultos que por diversos motivos, principalmente sociais, não conseguiram concluir a educação básica nas correspondentes idades. Sendo assim, esta função não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado – o direito a uma escola de qualidade –, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Mas não se pode confundir a noção de reparação com a de suprimento (BRASIL, 2005. p. 02).

Dessa forma, observa-se que o novo modelo educacional se tornou uma dívida do governo com a população, haja vista que era necessário criar condições para os jovens e adultos ingressarem no sistema educacional, mesmo estando em atraso no que se refere à idade/série.

Diante dessa realidade, políticas públicas foram criadas, voltadas para uma educação que atendesse os anseios específicos dos novos grupos de educandos. Para atingir esse objetivo, a nova modalidade trazia consigo um amontoado de desafios, pois o dever não era mais apenas ensinar a ler ou escrever, tornava-se, também, um processo de construção de um novo ser, de novas expectativas e esperança por um futuro mais promissor.

Com o avanço nas políticas educacionais, a busca por uma Educação que valorizasse o esforço de cada um e seu interesse foi consolidada. Com a nova LDB nº 9394/96, nos Art.37 e Art.38, vislumbramos as várias modalidades de Educação de Jovens e Adultos e, conseqüentemente, podemos avaliar se havia interesse em adequar a estrutura às novas exigências da atual sociedade. Algumas mudanças foram de grande êxito para a modalidade, sendo possível citar: diminuição da idade mínima de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino

médio. Nessa perspectiva, adotou-se aspecto de defesa em relação às características dos educandos, cuja finalidade era promover melhores condições para que cada um pudesse alcançar seus objetivos (BRASIL, 1996).

Consta-se, ainda, na LBD nº 9394/96, em seu Artigo 3º, uma educação para todos, sem distinção, sendo possível elencar alguns de seus princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 - VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - X - valorização da experiência extra-escolar;
 - XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
 - XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- (BRASIL, 1996).

Esses princípios estabelecem propostas para as modalidades de ensino, não sendo diferente para EJA, ou seja, atende a seus anseios para efetivação de uma educação transformadora e libertadora. É necessário salientar que a consolidação das leis em torno do processo de ensino aprendizagem permitiu diversas oportunidades para o fortalecimento da EJA no País.

Todavia, mesmo com a criação de leis que fortaleceram o sistema educacional, de princípios que norteiam a prática pedagógica e instrumentos que estão atrelados às concepções inovadoras, denota-se que a modalidade ainda é fragilizada, apesar de todo esforço de estudos, dos movimentos populares e de ações do governo, sendo possível citar Alfabetização Solidária - organização da sociedade civil criada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso – e o Programa Brasil Alfabetizado- PBA-, criado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que, posteriormente, a presidente Dilma Vana Rousseff deu continuidade. Outrossim, é importante ressaltar as garantias e direitos explícitos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, cujo Artigo 37 refere-se à Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Embora os documentos criados e os esforços em conjunto sejam um desejo real de reduzir os índices de analfabetismo, eles estão em contexto longínquo da Educação idealizada e sonhada por Paulo Freire.

Os méritos que se desejam alcançar com a modalidade EJA não é apenas inserir o cidadão no mercado de trabalho, mas também, torná-lo um ser mais consciente de suas responsabilidades consigo e com a sociedade em que está inserido. As conquistas, até o momento, resultam de uma luta, que, a propósito, ainda é marcada por resistência, descaso e desvalorização.

Em contrapartida, a modalidade EJA, em 2003, foi evidenciada no Governo Federal, com o intuito de erradicar o analfabetismo no Brasil. Assim, o Ministério da Educação lançou o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) que proporcionaria aos jovens e adultos condições de, em um período menor de tempo, começar, continuar e/ou concluir o ensino fundamental ou médio.

De acordo com Brasil (2005):

O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que

apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizando. Podem aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal (BRASIL.2005, p. 23).

Ressalta-se que o PBA se apresentava como uma ação inovadora, capaz de melhorar a Educação, prejudicada pelas falhas governamentais, sendo mais um avanço para a aquisição de uma Educação transformadora, que diminuiria o declive da desigualdade social e intelectual.

Os motivos que levam os jovens e adultos a não frequentarem a escola ou se afastarem dela estão relacionados ao seu estilo de vida, às condições econômicas, raízes familiares das quais fazem parte e aos motivos alheios a sua vontade, que impedem a permanência deles na escola na idade prevista.

Nas considerações de Arroyo (2006), observa-se uma avaliação da ótica em que é visto o jovem ou adulto:

[...] os jovens e adultos continuam vistos na ótica das carências escolares: não tiveram acesso, na infância e na adolescência, ao ensino fundamental, ou dele foram excluídas ou dele se evadiram; logo propiciemos uma segunda oportunidade. (ARROYO, 2006, p.23).

Dessa forma, a escola precisa estar organizada para receber este aluno, haja vista que ele necessita de ser acolhido no âmbito escolar, para que o mesmo compreenda que ele faz parte do seu próprio ensino e aprendizagem. Entretanto, é fundamental ter cautela e saber conduzir o processo, para que o aluno perceba que está inserido em um contexto que irá contribuir para sua vida futura, como forma de adquirir uma nova chance que poderá ser transformadora.

Paulo Freire, O Ícone da Educação de Jovens e Adultos

Após o ano de 1960, um nordestino corajoso e sonhador, com muitas expectativas para o futuro da Educação brasileira, emergiu no panorama nacional, promoveu uma mudança no desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos e apresentou o ensino de EJA, uma modalidade nova, ousada e capaz de resgatar pessoas que às vezes nem acreditavam mais no próprio potencial acadêmico, seu nome era Paulo Reglus Neves Freire, popularmente conhecido como Paulo Freire, autor de livros renomados no âmbito nacional como: *Pedagogia da Autonomia*, *Pedagogia da Esperança*, *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Indignação*, dentre outros.

Com suas concepções acerca da Educação, o pedagogo Paulo Freire conquistou o mundo com suas notórias contribuições para a modalidade EJA. Seu maior desejo era que cada cidadão tivesse o mesmo direito educacional, uma educação de todos e para todos, sem distinção.

Paulo Freire nasceu na cidade de Recife, capital pernambucana, e formou-se na Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco. O educador aplicou seus conhecimentos para alfabetização de jovens e adultos na cidade de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte, no ano 1963, período de grandes movimentos, reformas e lutas dos sindicatos rurais pela reforma agrária.

Paulo Freire era defensor nato de seus ideais. No livro *‘As quarenta Horas de Angicos’* (LYRA, 1996), o autor explana com afinco seu método:

[...] quebramos uma série de tabus metodológicos. Superamos a escola pelo que nós chamamos Círculo de Cultura; o aluno, pelo participante de debates; a aula pelo diálogo: o programa acadêmico por situações sociológicas desafiadoras, que possamos ir diante dos grupos que debatemos e que arrancamos uma sabedoria que existe e que é, esta sabedoria, opinativa existencial ao povo (LYRA, 1996.p,116).

A maneira de Paulo Freire encarar desafios fez com que a experiência na cidade de Angicos oportunizasse um novo olhar para o ensino educacional, ao tornar a aula um diálogo entre professor e aluno, permitindo a construção conjunta do conhecimento, sendo suas vivências e experiências valorizadas no âmbito escolar.

Para efetivação dos anseios de Paulo Freire, a proposta para o ensino de EJA estava além de um mero método de alfabetização, era mais que uma simples técnica e deveria ultrapassar os muros da escola. Ele pensava em uma Educação que fosse vista pelos alunos como uma forma de mudança e transformação de vida, para que cada um fosse sujeito de sua própria história. A Educação deveria satisfazer a totalidade do ser humano, cuja construção era de vida, com conceitos que valorizassem os caminhos para liberdade de consciência, porque desta forma haveria, de fato, uma sociedade capaz de lutar ou se posicionar, crítica, reflexiva e totalmente consciente de seus direitos:

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direitos à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser. (FREIRE, 2002, p.193)

Para Freire, o ser humano, enquanto responsável por sua trajetória, deve estar inserido em um contexto emancipador, que o torne ser pensante, jamais em uma sociedade opressora, que negue o direito de educar-se cultural e intelectualmente. Ele não falava apenas em alfabetizar e decodificar as letras e números, mas ia muito além. Alfabetizar, para o pedagogo, era proporcionar condições de uma nova etapa de vida, algo que liberta e transforma.

Segundo o próprio Freire, o papel da Educação é bem claro:

A educação passa a ter sentido ao ser humano porque o seu existir se caracteriza como possibilidade histórica de mudanças. “Somos ou nos tornamos educáveis porque, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade, verificamos também ser possível a luta pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio” (FREIRE, 2000, p. 121).

A Educação deve, sobretudo, promover a ruptura de preconceitos politizados por uma sociedade preconceituosa, racista e opressora e provocar no aluno o desejo de desprender-se para poder assim criar asas e libertar-se como um todo.

Considerações de Paulo Freire acerca da Educação Popular

No Brasil, ainda persiste uma lacuna enorme na relação escola/Educação/EJA. Infelizmente, esse é um desejo que, às vezes, parece unilateral, pois, mesmo com diversos esforços, a valorização do ensino de EJA ainda ocorre de forma lenta, como se a vontade de mudança fosse apenas dos cidadãos que, de alguma maneira, se beneficiarão da modalidade. A proposta inovadora de Paulo Freire era transformar vidas, tirar o sujeito de uma condição precária para uma liberdade que mudasse seu jeito de ver a vida, na qual cada um pudesse ser sujeito ativo e, posteriormente, tornar-se produto de suas melhores escolhas e ser protagonista de sua história.

Paulo Freire ressaltou que o processo educacional está associado às buscas dos movimentos populares, que consiste nas experiências e saberes do cidadão e suas práticas no meio social. Conhecimentos que integram todo o ser - corpo, razão e emoção - são saberes da cultura popular que interagem entre si e completam sua totalidade:

Veja que a mão humana é tremendamente cultural. Ela é fazedora, ela é sensibilidade, ela é visibilidade; a mão faz proposta, a mão idealiza, a mão pensa e ajeita. E eu faço ênfase nesses movimentos pelos quais o corpo humano vira corpo consciente. O corpo se transforma em corpo perceptor. E ele

descreve, ele anota que, em sua transformação, a vida social está mudando também. O corpo age e, durante suas atitudes, ele desaninha de si e de suas relações o conhecimento sobre a vida [...] O corpo expressa suas descobertas, esse corpo se agrupa em um grupo e se expõe em movimentos sociais. (FREIRE, 1989, p. 34-35).

Paulo Freire faz alusão à Educação Popular como uma ação cultural. Ele entende que a cultura está vinculada aos movimentos e relações sociais. Nesse contexto, tudo se torna cultura, seja ela erudita ou popular. Cultura “[...] seria o que dá sentido nas relações humanas [...]” (FREIRE, 1989, p. 61); “[...] é tudo que o [ser humano] cria e recria.” (1981, p. 56):

Todos os produtos que resultam da atividade do homem [e das mulheres], todo o conjunto de suas obras, materiais ou espirituais, por serem produtos humanos que se desprendem do homem [e das mulheres], voltam-se para ele [ela] e o [a] marcam, impondo-lhe formas de ser e de se comportar também culturais. Sob este aspecto, evidentemente, a maneira de andar, de falar, de cumprimentar, de se vestir, os gestos são culturais. Cultural também é a visão que tem ou estão tendo os homens [e as mulheres] da sua própria cultura, da sua realidade (FREIRE, 1981, p. 57).

É possível compreender, segundo Freire, que a cultura é indissociável à existência humana e a mesma faz parte do seu processo de evolução, isto é, o indivíduo expressa sua própria história através da cultura e suas vivências e experiências conjuntas tornam-se um constante aprendizado.

Todavia, é preciso reconhecer que nem toda prática coletiva é Educação Popular, visto que a produção de conhecimentos acontece em procedimentos de interação entre pessoas, o que garante a essa educação não somente conteúdos, mas objetivos que se quer e busca-se alcançar. Partindo desse pressuposto, é possível afirmar que a Educação Popular é emancipadora, proporciona condições de lutas e impulsiona o cidadão a buscar mais e a lutar por seus direitos que outrora foram negligenciados, sendo ela parte integrante dos diálogos nos movimentos sociais.

Para Freire (1977), o diálogo é primordial à prática educativa, pois:

[...]ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria da existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens, transformados em “seres para o outro” por homens que são falsos “seres para si”. É que o diálogo não pode travar-se em uma relação antagônica (p.43).

Para o autor, é impossível negar o diálogo, haja vista que ele está associado à condição da existência humana, aos processos de crescimento e à ampliação do conhecimento.

Diante desta posição, Paulo Freire apresentava a escola/educação como berço de reconstrução de significados para os alunos de EJA, repleto de certezas de dias melhores. Para ele, nenhum cidadão deveria ser excluído de tal ato:

A estrutura social é obra dos homens e que, se assim for, a sua transformação será também obra dos homens. Isto significa que a sua tarefa fundamental é a de serem sujeitos e não objetos de transformação, tarefa que lhes exige, durante sua ação sobre a realidade, um aprofundamento da sua tomada

de consciência da realidade, objeto de atos contraditórios daqueles que pretendem mantê-la como está e dos que pretendem transformá-la (FREIRE, 2002, p. 48).

Para Freire, o homem é o agente transformador de sua história e ele que não deve aceitar se sujeitar a terceiros ou a situações ocasionais do destino, que terminam, muitas vezes, por inferiorizar o ser, mas este deve se levantar e buscar oportunidades para a conquista de sua liberdade. Segundo o educador, essa mudança só ocorrerá a partir da força de vontade de cada um.

Considerações Finais

De acordo com Paulo Freire, dentro do processo de Educação Popular, devem-se considerar os conhecimentos prévios que os educandos adquiriram ao longo de suas vivências. Ele ressalta a importância que a escola deve ter em relação à leitura de mundo e que a valorização dessas experiências pode levar a uma educação transformadora e emancipadora de seus atores.

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma conquista do povo. Foi uma luta árdua de muitos anos e envolveu cidadãos, estudiosos e governo, sendo este direito efetivamente consolidado na Constituição Brasileira.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, mais que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, compreende a necessidade da libertação? Libertação que não chegará ao acaso, mas pelas práticas de sua busca, pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 2013, p.42-43).

A EJA é caracterizada como uma modalidade que oferta condições de acesso para todos os cidadãos que não concluíram seus estudos na idade prevista. Toda pessoa tem direito à educação, garantia assegurada por lei, sendo a escola espaço de aprendizagem e aquisição do conhecimento. Esse direito abrange, ainda, no contexto escolar, oportunidades de **integração e socialização** de diversos saberes que foram adquiridos ao longo da vida de cada educando. A modalidade traz consigo uma gama de esperança, afinal, proporciona um espaço inovador, que além de libertar das amarras da ignorância e da falta de perspectivas, eleva o desejo para um futuro mais promissor.

A escola é o ambiente transformador de vidas, onde é possível ao cidadão tornar-se mais consciente, crítico e reflexivo sobre o mundo que o cerca, para que seja o agente vívido de sua própria história.

Faz-se necessário salientar que a EJA está extremamente relacionada à Educação Popular, pois foi tecida no viés dos movimentos sociais e reconhecida através de muita luta, mesmo fazendo parte do direito educacional do cidadão.

A literatura exposta neste artigo revela a busca dos cidadãos pelo direito à educação nos moldes do ensino de EJA, afinal, é a possibilidade considerada mais adequada a sua realidade. Outro ponto relevante na pesquisa foi o reconhecimento da importância do ensino de EJA para o sistema educacional, assim como a relação eficaz de Paulo Freire nas lutas e conquistas da modalidade.

Paulo Freire, por ser educador e ter uma visão ampla acerca do sistema de ensino, proporcionou grandes contribuições que se tornaram um legado para o mundo. A idealização de uma modalidade voltada para as classes menos favorecidas e os moldes que contemplam a pedagogia de Paulo Freire oportunizaram muitos jovens e adolescentes a criarem um novo olhar para o futuro e propiciar uma mudança significativa na forma de ver a vida.

Os alunos de EJA, em maioria, já não são meros expectadores, passaram a ser agentes de sua trajetória, de sua vida e de suas novas escolhas.

O direito à educação em todas as suas modalidades já é garantido por lei, entretanto, a prática está aquém do que foi idealizado pelo educador Paulo Freire. Portanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que o ensino na modalidade de EJA seja visto como de fato é, uma educação capaz de mudar vidas e o rumo de qualquer história.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, p.209, 1996.

ARROYO, Miguel. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos**. In: SOARES, Leôncio (org.) Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, p.22- 23. 2006.

BRASIL. Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945. Aprova a aplicação anual de recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19513-25-agosto-1945-479511-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 mai. de 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN** (Lei nº 9.394/96). Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/leis/l9394.htm. Acesso em:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. In Política e Educação no Brasil. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_3/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 mai. de 2021.

FREIRE, Ana Maria de Araújo. **Paulo Freire: uma história de vida**. – 2ª ed. Ver. Atualizada. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 31ª ed. RJ: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

_____. **Cartas a Cristina**. Editora Unesp 2ª edição revista, p. 193, 2002.

_____. **A importância do Ato de Ler: três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Ação Cultural para a Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Extensão ou comunicação?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 [1969].

GHIRALDELLI Junior, Paulo. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HORIGUTI, Angela Curcio. **Do MOBRAF ao PROEJA: conhecendo e compreendendo as propostas pedagógicas** / Angela Curcio Horiguti; orientadora Daniela Brun Menegotto. – Bento Gonçalves, 2009. 23 f. Acesso em 02 de junho de 2021.

LYRA, Carlos. **As Quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de Educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos – Diretrizes Curriculares Nacionais**. Editora DP&A, RJ, 2002.

Recebido em 11 de junho de 2021.
Aceito em: 27 de outubro de 2021.